



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado por essa Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente.

Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão evidenciados em notas explicativas:

- Estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa (Notas 5, 8 e 11);
- Estimativa para perda ao valor recuperável de estoques (Nota 9);
- Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis (Notas 15 e 16);
- Provisões para contingências (Nota 21) e;
- Provisões para benefícios a empregados (Nota 22).

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes de 31 de dezembro de

2015 originalmente aprovadas pela Diretoria em 03 de março de 2016, e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2015 do Balanço Patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014), estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis, considerando os ativos, passivos e resultado relacionados aos seguintes itens:

- Reconhecimento de despesas à título de indenização, decorrentes de ações trabalhistas, cujo montante depositado por esta Companhia já havia sido levantado pelo reclamante;
- Reconhecimento de depreciação decorrente da transferência de ativos registrados em "Imobilizado Técnico em Andamento" para "Imobilizado em Operação", nos termos do CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- Reconhecimento de depreciação sobre ativos que compõem a Linha

5 Lilás, período de 2012 a 2015, visando adequação do saldo residual para transferência futura à Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO;

(d) Reconhecimento em resultado de ativos registrados em Imobilizado Técnico em Andamento os quais não atendiam aos requerimentos do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual e CPC 27 - Ativo Imobilizado;

(e) Reconhecimento em resultado de ativos registrados em Intangível os quais não atendiam aos requerimentos do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual e CPC 04 - Intangível;

(f) Reconhecimento de amortização decorrente da transferência de ativos registrados em "Imobilizado Técnico em Andamento" para "Intangível", nos termos do CPC 04 - Intangível.

Dessa forma, para fins de adequar a informação comparativa de exercícios anteriores, realizamos a reclassificação contábil para as informações de 31 de dezembro de 2015 e 01 de janeiro de 2015.

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações contábeis originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas, bem como uma breve descrição de cada ajuste.

	Ativo					1º de janeiro de 2015
	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	
Ativo circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.024	-	-	-	-	59.024
Contas a Receber de Clientes	12.002	-	-	-	-	12.002
Impostos a Recuperar	22.322	-	-	-	-	22.322
Adiantamentos a Empregados	8.363	-	-	-	-	8.363
Adiantamentos Diversos	16.424	-	-	-	-	16.424
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar	8.441	-	-	-	-	8.441
Outros Créditos	7.272	-	-	-	-	7.272
Estoques	110.189	-	-	-	-	110.189
Despesas de Exercícios Seguintes	3.579	-	-	-	-	3.579
Total do ativo circulante	247.616	-	-	-	-	247.616
Ativo não circulante mantido para venda	1.175	-	-	-	-	1.175
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	355.528	(3.051)	-	-	-	352.477
Contas a Receber de Clientes	7.543	-	-	-	-	7.543
Depósitos Judiciais e Recursais	305.445	(3.051) (a)	-	-	-	302.394
Outros Créditos	1.436	-	-	-	-	1.436
Convênios Operacionais	41.104	-	-	-	-	41.104
Investimento	149	-	-	-	-	149
Imobilizado	10.161.947	-	(88.281)	(31.885)	-	10.041.781
Imobilizado em Uso/Andamento	8.169.718	-	(10.414) (b)	(31.885) (d)	-	8.127.419
Imobilizado Líquido - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Imobilizado Linha 5 Lilás	1.295.409	-	(77.867) (c)	-	-	1.217.542
Intangível	29.768	-	(494) (f)	(2.092) (e)	-	27.182
Total do ativo não circulante	10.547.392	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	10.421.589
Total	10.796.183	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	10.670.380

	Passivo					1º de janeiro de 2015
	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	
Passivo circulante						
Fornecedores	205.639	-	-	-	(1.346) (h)	204.293
Garantias Contratuais	-	-	-	-	959 (g) (h)	959
Operações de Arrend. Merc. Financeiro	55.897	-	-	-	-	55.897
Pessoal e Encargos Sociais	14.087	-	-	-	-	14.087
Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.506	-	-	-	-	65.506
Impostos, Taxas e Contribuições	19.088	-	-	-	-	19.088
Tributos Parcelados	4.748	-	-	-	-	4.748
Contas a Pagar	11.786	-	-	-	(366) (g)	11.420
Receitas Diferidas	9.757	-	-	-	-	9.757
Programa Participação Resultados - PPR	-	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante	386.508	-	-	-	(753)	385.755
Passivo não circulante						
Garantias Contratuais	-	-	-	-	753 (g) (h)	753
Operações de Arrend. Merc. Financeiro	796.573	-	-	-	-	796.573
Tributos Parcelados	2.374	-	-	-	-	2.374
Contas a Pagar	16.018	-	-	-	-	16.018
Convênios Operacionais	41.207	-	-	-	-	41.207
Provisões para Contingências	844.178	-	-	-	-	844.178
Provisões para Benef. a Empregados	308.589	-	-	-	-	308.589
Receitas Diferidas	9.630	-	-	-	-	9.630
Bens Cedidos do METRÔ - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Total do passivo não circulante	2.715.389	-	-	-	753	2.716.142
Patrimônio líquido						
Capital Social	11.328.779	-	-	-	-	11.328.779
Reservas de Reavaliação	630.392	-	-	-	-	630.392
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(114.976)	-	-	-	-	(114.976)
Prejuízos Acumulados	(5.378.695)	(3.051) (a)	(88.775) (b) (c) (f)	(33.977) (d) (e)	-	(5.504.498)
Total do patrimônio líquido	6.465.500	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	6.339.697
Adiantamentos para Aumento de Capital	1.228.786	-	-	-	-	1.228.786
Total do patrimônio líquido	7.694.286	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	7.568.483
Total	10.796.183	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	10.670.380

	Ativo					31 de dezembro de 2015
	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	
Ativo circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.315	-	-	-	-	38.315
Contas a Receber de Clientes	2.496	-	-	-	-	2.496
Impostos a Recuperar	17.567	-	-	-	-	17.567
Adiantamentos a Empregados	9.120	-	-	-	-	9.120
Adiantamentos Diversos	21.427	-	-	-	-	21.427
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos	19.457	-	-	-	-	19.457
Estoques	105.268	-	-	-	-	105.268
Despesas de Exercícios Seguintes	3.288	-	-	-	-	3.288
Total do ativo circulante	216.938	-	-	-	-	216.938
Ativo não circulante mantido para venda	252	-	-	-	-	252
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	327.077	(4.490)	-	-	-	322.587
Contas a Receber de Clientes	14.120	-	-	-	-	14.120
Depósitos Judiciais e Recursais	271.760	(4.490) (a)	-	-	-	267.270
Outros Créditos	168	-	-	-	-	168
Convênios Operacionais	41.029	-	-	-	-	41.029
Investimento	149	-	-	-	-	149
Imobilizado	10.411.883	-	(134.426)	(34.184)	-	10.243.273
Imobilizado em Uso/Andamento	8.419.651	-	(17.635) (b)	(34.184) (d)	-	8.367.832
Imobilizado Líquido - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Imobilizado Linha 5 Lilás	1.295.412	-	(116.791) (c)	-	-	1.178.621
Intangível	22.401	-	(812) (f)	(2.092) (e)	-	19.497
Total do ativo não circulante	10.761.510	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	10.585.506
Total	10.978.700	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	10.802.696





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Passivo
31 de dezembro de 2015

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	Reapresentado
Passivo circulante						
Fornecedores	254.587	-	-	-	(1.898) (h)	252.689
Garantias Contratuais	-	-	-	-	1.426 (g) (h)	1.426
Operações de Arrend. Merc. Financeiro	70.844	-	-	-	-	70.844
Pessoal e Encargos Sociais	15.311	-	-	-	-	15.311
Obrigações Sociais e Trabalhistas	76.726	-	-	-	-	76.726
Impostos, Taxas e Contribuições	20.554	-	-	-	-	20.554
Tributos Parcelados	2.754	-	-	-	-	2.754
Contas a Pagar	15.826	-	-	-	(120) (g)	15.706
Receitas Diferidas	15.170	-	-	-	-	15.170
Programa Partic. Resultados - PPR	34.721	-	-	-	-	34.721
Total do passivo circulante	506.493	-	-	-	(592)	505.901
Passivo não circulante						
Garantias Contratuais	-	-	-	-	592 (g) (h)	592
Operações de Arrend. Merc. Financeiro	766.125	-	-	-	-	766.125
Contas a Pagar	16.245	-	-	-	-	16.245
Convênios Operacionais	41.207	-	-	-	-	41.207
Provisões para Contingências	736.930	-	-	-	-	736.930
Provisões para Benef. a Empregados	353.828	-	-	-	-	353.828
Receitas Diferidas	9.114	-	-	-	-	9.114
Bens Cedidos do METRÔ - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Total do passivo não circulante	2.620.269	-	-	-	592	2.620.861
Patrimônio líquido						
Capital Social	11.328.779	-	-	-	-	11.328.779
Reservas de Reavaliação	581.728	-	-	-	-	581.728
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(81.240)	-	-	-	-	(81.240)
Prejuízos Acumulados	(5.911.906)	(4.490) (a)	(135.238) (b) (c) (f)	(36.276) (d) (e)	-	(6.087.910)
	5.917.361	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	5.741.357
Adiantamentos para Aumento de Capital	1.934.577	-	-	-	-	1.934.577
Total do patrimônio líquido	7.851.938	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	7.675.934
Total	10.978.700	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	10.802.696

31 de dezembro de 2015

Demonstração do resultado dos exercícios

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reapresentado
Receita Líquida	2.258.512	-	-	-	2.258.512
Custos dos Serviços Prestados	(2.180.808)	-	(6.701) (b)	(792) (d)	(2.188.301)
Lucro Bruto	77.704	-	(6.701)	(792)	70.211
Despesas administrativas	(457.085)	(1.439) (a)	(39.762) (b) (c) (f)	(1.507) (d) (e)	(499.793)
Outras receitas (despesas) líquidas	(126.652)	-	-	-	(126.652)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(506.033)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(556.234)
Receitas financeiras	31.716	-	-	-	31.716
Despesas financeiras	(107.558)	-	-	-	(107.558)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(581.875)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(632.076)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	(581.875)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(632.076)

31 de dezembro de 2015

Demonstração dos resultados abrangentes

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reapresentado
Resultado líquido do exercício	(581.875)	(1.439) (a)	(46.463) (c) (f)	(2.299) (d) (e)	(632.076)
Resultações em obrigações de benefício pós emprego	33.736	-	-	-	33.736
Total do resultado abrangente do período	(548.139)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(598.340)

31 de dezembro de 2015

Demonstração dos fluxos de caixa

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do Exercício	(581.875)	(1.439) (a)	(46.463) (c) (f)	(2.299) (d) (e)	-	(632.076)
Depreciação / Amortização	242.113	-	46.463 (c) (f)	-	-	288.576
Redução ao Valor Recuperável - Impostos	509	-	-	-	-	509
Redução ao Valor Recuperável - Estoques	826	-	-	-	-	826
Redução ao Valor Recuperável - Contas a Receber de Clientes	6.488	-	-	-	-	6.488
Redução ao Valor Recuperável - Outros Créditos	1.328	-	-	-	-	1.328
Provisão - Contingências Trabalhistas e Cíveis	117.455	-	-	-	-	117.455
Reversão - Contingências Trabalhistas e Cíveis	(93.409)	-	-	-	-	(93.409)
Provisão - Previdenciárias	(50.418)	-	-	-	-	(50.418)
Despesa com Previdência Privada	78.975	-	-	-	-	78.975
Baixa do Ativo Imobilizado	324	-	-	2.299 (d) (e)	-	2.623
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Prejuízo ajustado	(277.684)	(1.439)	-	-	-	(279.123)
(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante e não circulante						
Contas a Receber de Clientes	(3.559)	-	-	-	-	(3.559)
Impostos a Recuperar	4.246	-	-	-	-	4.246
Adiantamentos a Empregados	(757)	-	-	-	-	(757)
Adiantamentos Diversos	(5.003)	-	-	-	-	(5.003)
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar	8.441	-	-	-	-	8.441
Estoques	4.095	-	-	-	-	4.095
Cauções e Depósitos Judiciais/Recursais	33.685	1.439 (a)	-	-	-	35.124
Despesas de Exercícios Seguintes	291	-	-	-	-	291
Convênios Operacionais	75	-	-	-	-	75
Outros Créditos	(12.245)	-	-	-	-	(12.245)
(Acréscimo) / decréscimo do ativo não circulante-mantido para venda						
Ativo não Circulante Mantido para Venda	923	-	-	-	-	923
(Acréscimo) / decréscimo do passivo circulante e não circulante						
Fornecedores	48.948	-	-	-	(1.898) (h)	47.050
Garantias Contratuais	-	-	-	-	2.018 (g) (h)	2.018
Pessoal e Encargos Sociais	1.224	-	-	-	-	1.224
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.220	-	-	-	-	11.220
Impostos, Taxas e Contribuições	1.466	-	-	-	-	1.466
Tributos Parcelados	(4.368)	-	-	-	-	(4.368)
Contingências Liquidadas	(80.876)	-	-	-	-	(80.876)
Receitas Diferidas	4.897	-	-	-	-	4.897
Programa de Participação nos Resultados - PPR	34.721	-	-	-	-	34.721
Convênios Operacionais	-	-	-	-	-	-
Contas a Pagar	4.267	-	-	-	(120) (g)	4.147
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(225.993)	-	-	-	-	(225.993)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos						
Compra de Imobilizado / Intangível	(492.901)	-	-	-	-	(492.901)
Intangível - Baixa por Distrato (Ressarcimento de Valor Pago)	7.895	-	-	-	-	7.895
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(485.006)	-	-	-	-	(485.006)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Valor Recebido a Título de Adiantamento para Futuro						
Aumento de Capital	705.791	-	-	-	-	705.791
Pagamento de Arrendamento Mercantil Financeiro	(15.501)	-	-	-	-	(15.501)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	690.290	-	-	-	-	690.290
Redução de caixa e equivalente de caixa	(20.709)	-	-	-	-	(20.709)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	59.024	-	-	-	-	59.024
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	38.315	-	-	-	-	38.315





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Operações/partes relacionadas	2016		2015	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Fornecedores				
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP	(1.823)	(13.521)	(2.283)	(15.409)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	(520)	(11.426)	(654)	(9.074)
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	(424)	(385)	(821)	(880)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	-	-	-	(28.345)
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	(1.163)	(6.652)	(1.278)	(9.566)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	-	-	(212)	242
Fundação do Desenv. Administrativo - FUNDAP	-	(82)	(22)	(145)
Fundação Prof.Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP	-	-	-	(623)
Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP	(47)	(789)	-	(696)
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT	(920)	(1.759)	(44)	(1.013)
Subtotal	(4.897)	(34.614)	(5.314)	(65.509)
Contas a pagar				
Cia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo - CDHU	(4.083)	(399)	(3.684)	(192)
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	(5.017)	(3.412)	(4.368)	(4.326)
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	-	-	(18)	-
Subtotal	(9.100)	(3.811)	(8.070)	(4.518)
Despesas administrativas				
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	(212)	-	(177)
Instituto de Pesos e Medidas - IPEM	-	-	-	(2)
Secretaria da Fazenda	-	(225)	-	-
Subtotal	-	(437)	-	(179)
Outras receitas (despesas) líquidas				
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	-	-	30
Subtotal	-	-	-	30
Total geral	(11.007)	(7.709)	(1.008)	(55.404)

• Adiantamentos a Fornecedores

Estas operações não estão expostas a riscos, pois as antecipações efetivadas aos fornecedores correspondem a impostos e despesas aduaneiras relativos a equipamentos já em posse da CPTM, no aguardo de sua instalação, momento em que será faturado o serviço prestado e descontadas as correspondentes antecipações.

Exposição Máxima ao Risco de Crédito:

Ativos financeiros	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	43.215	38.315
Contas a receber de clientes	18.860	16.616
Outros créditos	3.598	19.625
Ativos mantidos para venda	72	252
	65.745	74.808

Risco de Liquidez

A Companhia é uma empresa de economia mista dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da empresa não são suficientes para manter sua operação. Nesse sentido, a empresa é subvencionada pelo Governo do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.

Passivos financeiros e os seus vencimentos contratuais:

	Vencidos					Total
	De 30 a 90 dias	De 90 dias a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	62.669	112.400	135.967	-	-	311.036
Garantias Contratuais	811	-	79	215	936	2.041
Contas a pagar	4.869	7.284	1.029	4.137	22.559	39.878
	68.349	119.684	137.075	4.352	23.495	352.955

Risco de Mercado

Risco de Moeda Estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local (BRL). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da empresa e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

33. Instrumentos financeiros

33.1. Categoria dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa: classificado em valor justo por meio do resultado e mensurados a posterior pelo valor justo com efeitos no resultado.
- Contas a receber de clientes e outros créditos: classificados em empréstimos e recebíveis, reconhecidos pelo valor de custo do ativo e mensurados a posterior pelo custo amortizado com efeitos no resultado.
- Ativos mantidos para venda: mensurados pelo custo do ativo ajustados ao valor justo por meio do resultado abrangente.
- Fornecedores, garantias contratuais e contas a pagar: classificados em outros passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado com efeitos no resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

(a) Remuneração da administração

A remuneração máxima aprovada em Assembleia para os exercícios de 2016 e 2015, de acordo com o que é estabelecido pelo Parecer CODEC nº 003/2013, é de 30% sobre a remuneração dos diretores da Companhia para os membros do Conselho de Administração e de 20% sobre a remuneração dos diretores para os membros do Conselho Fiscal. A seguinte distribuição foi realizada aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Descrição	2016	2015
Honorários	804	909
	804	909

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por ordenados.

(b) Benefícios pós-emprego

A CPTM não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

32. Gerenciamentos de riscos

Risco de Crédito

Parte substancial da receita da empresa é proveniente da utilização do sistema de transporte (receita tarifária), através do carregamento de crédito antecipado à viagem (sistema SBE). Assim, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.

• Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da empresa são efetuadas predominantemente em Fundo específico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, operação classificada como de baixo risco.

	2016				2015 (Reapresentado)				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Outros passivos financeiros	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	43.215	-	-	-	43.215	-	-	-	38.315
Contas a receber de clientes	-	18.860	-	-	-	18.860	-	-	16.616
Outros créditos	-	3.598	-	-	-	3.598	-	-	19.625
Ativos mantidos para venda	-	-	72	-	-	-	72	-	252
Passivos									
Fornecedores	-	-	-	311.036	-	-	-	311.036	254.587
Garantias contratuais	-	-	-	2.041	-	-	-	2.041	2.018
Tributos parcelados	-	-	-	-	-	-	-	-	2.754
Contas a pagar	-	-	-	39.878	-	-	-	39.878	32.071

As operações da Companhia estão sujeitas ao Risco de crédito, decorrente da possibilidade de a Companhia ter perdas por inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações exclusivamente pelo Banco do Brasil S/A, na forma estabelecida pelo Decreto nº 60.244 de 14/03/2014. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

33.2. Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa, na data de balanço.

Quando disponível, a CPTM determina o valor justo de seus ativos e passivos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações justas entre partes independentes.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 determinadas com base em cotações públicas em mercados ativos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (com preços) ou indiretamente (com base em preços); e
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas internas de avaliação que incluem

variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31/12/2016 e 31/12/2015 não houve instrumentos financeiros mensurados a valor justo agrupados nos níveis 2 e 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e a hierarquia de valor justo:

Descrição	2016			2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	43.215	-	-	38.315	-	-
Total	43.215	-	-	38.315	-	-

Devido às características dos ativos financeiros da CPTM mensurados ao custo amortizado, a administração entende que não há diferença entre o valor contábil e valor justo para esses ativos.

34. Coberturas de seguros

A Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestado.

DIRETORIA EXECUTIVA DA CPTM					CONTADORA	
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Diretor Presidente	Vitor Wilson Garcia Diretor de Operação e Manutenção	Carlos Roberto Dos Santos Diretor de Engenharia e Obras	Milton Frasson Diretor Administrativo e Financeiro	José Augusto Rodrigues Bissacot Diretor de Planejamento e Projetos	Marli Cândido Dutra CRC.CT.1SP-131206/O-7	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2016.

Com fundamento nos exames realizados, no Relatório dos Auditores Independentes Mazars Auditores Independentes, datado de 06 de março de 2017, observando-se as ressalvas constantes do referido Relatório

Aparecida Massako Funagoshi Bovi Conselheira	Marcelo Pereira de Amorim Conselheiro	Roberta Campedelli A. Gonçalves Conselheira	Thiago Souza Santos Conselheiro
---	--	--	------------------------------------

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, em sua 285ª Reunião Ordinária, realizada no dia 08 de março de 2017, às 10h00, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis neste contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações

do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, - complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2016.

Com fundamento nas respectivas análises, no Parecer do Conselho Fiscal e na apresentação do Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente ao Relatório Anual da

Administração, bem como às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social de 2016, considerando que os mesmos estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação final dos Senhores Acionistas, observando-se os parágrafos de ênfase constantes do referido Parecer da Auditoria Independente, com as alterações solicitadas pelos

Clodoaldo Pelissioni Presidente do Conselho	Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Conselheiro	Murilo Celso de Campos Pinheiro Conselheiro	Antonio Carlos Bezerra Leonel Conselheiro
--	---	--	--



Secretaria dos Transportes Metropolitanos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 65 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.542.699 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 195.338 mil (R\$ 1.337.568 mil em 31 de dezembro de 2015 líquido da depreciação acumulada de R\$ 157.315 mil). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações financeiras da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Dessa forma, enquanto não há autorização do controlador da Companhia, essa operação deveria ser registrada como operação de arrendamento financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.542.699 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.337.568 mil em 31 de dezembro de 2015), respectivamente e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está superavaliado em R\$ 38.023 mil (R\$ 41.450 mil em 31 de dezembro de 2015).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15.5, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia vem operando a Extensão Leste construída pelo Metrô de São Paulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou os valores líquidos da Extensão Leste no montante de R\$ 696.820 mil em seu ativo imobilizado em contrapartida a uma obrigação no mesmo valor no passivo não circulante, permanecendo inalterados os valores em 31 de dezembro de 2016. Embora a formalização de tal registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a respectiva depreciação deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 36.020 mil em 31 de dezembro de 2016, respectivamente (R\$ 25.656 mil em 31 de dezembro de 2015) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está superavaliado em R\$ 10.364 mil (R\$ 8.552 mil em 31 de dezembro de 2015).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15.6, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia transferiu operacionalmente a Linha 5 Lilás para o Metrô de São Paulo. O custo líquido da Linha 5 - Lilás, contabilizado no grupo do ativo imobilizado, de R\$ 1.142.876 mil em 31 de dezembro de 2016, líquido da depreciação acumulada de R\$ 423.373 (R\$ 1.178.621 mil em 31 de dezembro de 2015 líquido da depreciação acumulada de R\$ 387.238 mil). Embora a formalização de qualquer registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a transferência desses ativos enseja o registro de um ativo financeiro contra o Metro de São Paulo e, portanto, além da reclassificação do grupo do imobilizado para o grupo do realizável a longo prazo, nenhuma depreciação deveria ter sido reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros e CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo imobilizado está superavaliado em R\$ 1.142.876 mil, o realizável a longo prazo está subavaliado em R\$ 1.566.249 mil e o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 423.373 mil em 31 de dezembro de 2016, respectivamente (R\$ 1.178.621 mil, R\$ 1.565.859 mil e R\$ 387.238 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2015) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está subavaliado em R\$ 36.135 mil (R\$ 38.928 mil em 31 de dezembro de 2015).

Conforme mencionado na Nota 15, a Companhia possui o montante de R\$ 2.872.002 mil registrado na rubrica "Imobilizações em Andamento" em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.686.788 mil em 31 de dezembro de 2015). Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia republicou suas demonstrações financeiras para, dentre outros assuntos, corrigir erros relativos aos itens classificados como "Imobilizações em andamento", cujos efeitos nos resultados dos exercícios anteriores superaram o montante de R\$ 375 milhões. Adicionalmente, as reclassificações efetuadas entre itens anteriormente classificados em "imobilizações em andamento" para "imobilizado em operação" em exercícios anteriores superaram o montante de R\$ 1,1 bilhão. No entanto, ainda existem itens classificados em "imobilizações em andamento" cuja transferência para o "imobilizado em operação" ainda não foi efetuada, dado que o trabalho de componentização e identificação dos itens encontra-se em curso e do total registrado em "imobilizações em andamento", ainda existem R\$ 1.459.130 mil (R\$ 1.073.339 mil relativos a projetos iniciados antes de 2012), cujos contratos encontram-se encerrados, cancelados ou suspensos, e cuja retomada dos mesmos depende do contingenciamento de recursos por parte do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo. Portanto, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor da depreciação que deveria ter sido reconhecida sobre os itens que eventualmente deveriam ter sido reclassificados para o "imobilizado em operação", nem sobre eventuais valores que deveriam ser reconhecidos no resultado do exercício sobre os itens cujos contratos encontram-se encerrados ou suspensos, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia é patrocinadora do plano de previdência complementar REFER-CPTM cujo relatório de Avaliação Atuarial em 31 de dezembro de 2016 aponta um déficit atuarial de R\$ 576.179 mil. A Companhia reconheceu 50% desse valor no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 288.090 mil (R\$ 311.499 mil em 31 de dezembro de 2015), com fulcro nas disposições previstas nas Leis Complementares nº 109/2001 e nº 108/2001. Enquanto o plano não for equalizado, o déficit atuarial deve ser reconhecido em sua integralidade no balanço patrimonial da patrocinadora de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado em R\$ 288.089 mil (R\$ 311.499 mil em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 723.303 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 390.324 mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa 23.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência da necessidade de recursos de seu controlador (Fazenda do Estado de São Paulo - acionista majoritário), para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Apesar da Companhia depender de recursos de seu acionista majoritário, a fim de cumprir com as

suas obrigações financeiras, nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência da revisão da forma de mensuração e apresentação referente a "depósitos judiciais", "imobilização em operação" e "imobilizado em andamento", os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.1, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 34, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2017

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Mauro Akio Sakano
Contador CRC 1SP 143589/O-9

O Relatório da Administração está disponível no site da Companhia
www.cptm.sp.gov.br



Secretaria dos
Transportes Metropolitanos